

Junho/2014

Olá caros leitores! Estamos em nossa sexta edição do boletim Abiodum! É a primeira edição em 2014, dedicada a problematizar a nova alteração da LDBEN pela Lei 11.645/08, a qual inclui a História Africana, Afro-Brasileira e também Indígena como saberes inquestionáveis e que devem ser integrados ao currículo escolar da educação básica e superior.

Vamos às contribuições pelas quais, nós do núcleo que estudamos relações étnico-raciais na educação, do PET Pedagogia, organizamos para oferecer a vocês leitores mais elementos para compreender a educação no Brasil.

O relato pedagógico desta edição traz de Florianópolis algumas notas reflexivas do professor Rodrigo Cantos Savelli Gomes docente da Escola Básica Municipal Antônio Paschoal Apóstolo, que integra a Rede Municipal de Ensino, a partir de sua atuação na área musical pré-educação das relações Étnico-Raciais com crianças do Ensino Fundamental.

Do Mato Grosso, vem à contribuição da professora Beleni Salette Grandó, docente da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Em sua entrevista, ela nos relata sobre o estado atual de suas pesquisas relacionadas à Educação Escolar Indígena e comenta também sobre práticas sociais e culturais relacionadas à educação e ao corpo. Outro aspecto abordado diz respeito às contribuições e desafios em relação às práticas pedagógicas a partir da aprovação e implementação da lei 11645/08.

Além destes materiais, temos informações sobre a recente aprovação das cotas em concursos públicos e uma sugestão de audiovisual que tem como protagonistas universitários africanos que escolheram a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para estudar.

e uma discussão aprofundada sobre a importância desta temática e como aplicá-la em sala de aula a partir novas diretrizes legais, ou seja, as leis 10.639 e 11.645. Mas, tive a oportunidade de cursar algumas disciplinas que refletiram sobre a questão da diversidade como, Antropologia Cultural, Etnomusicologia, Sociologia da Educação. Cursei outras disciplinas que trabalharam com elementos africanos, afro-brasileiros e indígenas, como Prática de Percussão, Prática de Conjunto. Além disso, na graduação fui bolsista de iniciação científica em um projeto sobre Música e Relações de Gênero. Embora não fosse na temática da Educação das Relações Étnico-Raciais, são áreas que continuamente trazem problemáticas que se aproximam e, por vezes, se entrecruzam. Em seguida, ingressei no mestrado em Etnomusicologia e segui com a temática de gênero, mas tendo como recorte o samba na cidade do Rio de Janeiro.

Há poucas referências no campo da educação musical para trabalhar a temática das Relações Étnico-Raciais no Ensino Fundamental. Há um número crescente de artigos acadêmicos sobre o assunto no meio universitário, mas para a escola ainda há escassas informações. Basicamente, minhas fontes são alguns materiais didáticos e pesquisas na internet, onde seleciono alguns vídeos, imagens e informações diversas.

Há uma boa receptividade por todos, pais, alunos, escola e Secretaria de Educação. Neste ano de 2014 foram veiculadas diversas reportagens nas mídias sobre meu trabalho, algumas indicadas pelos próprios pais. As crianças se interessam bastante, especialmente porque costumo priorizar atividades práticas com os instrumentos musicais.

Não é um trabalho isolado, mas também não posso dizer que há articulações efetivas. Além de mim, na escola há professores que trabalham especificamente com a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais com projetos próprios e que estão sendo desenvolvidos desde o ano de 2006. Ainda não conseguimos nos organizar de modo a planejar em conjunto os conteúdos e aplicá-los de forma articulada e sequencial, mas estamos tentando fazê-lo ainda este ano.

O professor Rodrigo Cantos Savelli Gomes é formado em música pela Universidade do Estado de Santa Catarina e Mestre em Etnomusicologia pela mesma Universidade. É docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental na área de artes-música com ênfase na matriz africana, afro-brasileira e indígena.





Na área da educação musical, vejo que um dos maiores desafios é a pouca quantidade de materiais apropriados às diversas faixas etárias com atividades práticas e informações simples. As poucas publicações que existem neste sentido não estão disponíveis nas principais bibliotecas da cidade. A maior parte dos materiais disponíveis são para o público universitário, portanto, quando um professor quer trabalhar este conteúdo no Ensino Fundamental precisa fazer uma série de adaptações, "traduções" que, por vezes, demandam muito tempo. Além disso, não há incentivos, orientações e formações continuadas suficientes para que os professores entendam a importância de trabalhar a temática e sintam-se confortáveis para aplicá-la adequadamente. O professor que tiver interesse tem que correr atrás por sua conta. O sentimento que tenho é que se o professor trabalha com o tema tudo bem, mas se não o faz, tudo bem também.

Utilizo com as crianças uma grande diversidade de instrumentos, a maior parte trazidos por mim. Elas têm acesso a instrumentos tradicionais como teclado, violão, violino, flauta doce. Instrumentos de percussão como pandeiro, agogô, caxixi, reco-reco, surdos, tambores, repinique, castanholas, tamborim. Instrumentos de origem africana como mbira, cabuletê, bongô. Instrumentos indígenas como pau-de-chuva, flautas pan, flautas andinas, ocarina, chocalhos, maracás. Além disso, em sala de aula os alunos cantam e tocam repertórios da cultura infantil, erudita, popular, africana e indígena. Meu objetivo é desenvolver nas crianças a capacidade de compreensão e expressão das diversas manifestações musicais através de uma vivência musical criativa envolvendo performance instrumental e vocal, apreciação, improvisação, composição, regência e confecção de instrumentos musicais.



1) Qual é o estado atual das pesquisas relacionadas a educação escolar indígena desenvolvidas pela senhora e pelos seus orientados junto ao UFMT?

Nosso grupo de pesquisa . Corpo, Educação e Cultura (COEDUC/CNPq) - desenvolve as pesquisas na temática indígena compreendendo que o corpo é a pessoa, assim os processos de educação são processos de

educação do corpo. Nas sociedades indígenas, a centralidade do corpo leva no cotidiano e nos rituais, uma atenção especial às práticas corporais nas quais cada pessoa vivencia para nelas se identificar como única e ao mesmo tempo para se integrar a um grupo específico em cada fase da vida. As práticas corporais são práticas sociais nas quais se vivencia maneiras de fazer que marcam no corpo/pessoa os saberes milenares do grupo, do povo indígena, desde antes do nascimento até após a morte. Considerando esta compreensão, estudamos atualmente os saberes e fazeres do povo bororo para compreender como se dá o processo de educação tradicional deste povo, como desde a concepção e o nascimento são pensadas e organizadas as práticas corporais que vão permitir ao novo membro desta sociedade ser recebido e identificado no grupo.

2) Quais são as diferenças encontradas nas escolas regulares e escolas indígenas em relação as práticas sociais relacionadas a educação e ao corpo?

Cada povo indígena tem suas próprias formas de educação do corpo. Na escola há uma tendência de disciplinar os corpos das crianças pelo tempo e espaço que ocupam nas salas de aula, alterando a corporalidade destas a partir das quatro horas de aulas sentadas em cadeiras e mais que isso, longe dos espaços sociais nos quais as experiências eram mais diversificadas e ricas, na roça, na casa, no rio, etc. Há nisso uma preocupação com o papel que a escola indígena historicamente vem assumindo no processo de assimilação da cultura ocidental e distanciamento da cultura indígena. Assim, responder a questão não é tão simples, pois há também estratégias de cada povo indígena resistir a este processo de disciplinar o corpo que a escola produz, e cada aldeia recria seus tempos e espaços de educação das crianças e jovens. Algumas preferem que o tempo da escola seja mais longo, para junto com a escola se garantir as outras aprendizagens da aldeia que são fundamentais, outras não permitem que as crianças vão muito pequenas para a escola, e outras ainda, optam por ter escola desde cedo, pois esta garante a alimentação pela merenda, em situações que extrema opressão que vivem a comunidade. As escolas indígenas, portanto, não são iguais em todos os povos e aldeias, embora haja uma tentativa permanente de homogeneização.

3) Como ocorre o processo de letramento em relação a cultura indígena? Há uma mediação entre as culturas? O ensino é bilíngue?

O processo de educação se diferencia em cada povo ou aldeia, dependendo da história do contato com a sociedade não indígena. Há aldeias de um mesmo povo, por exemplo o Bororo, em que cada aldeia e território está muito distante um do outro, sendo separados no processo de apropriação de seus territórios tradicionais pelos colonizadores, que tiveram como forte aliado os missionários que impuseram a cultura pela escolarização e os aldeamentos. Este povo tem aldeia em que a maioria

A Professora Beleni Salete Grando, doutora em educação formada pela Universidade Federal de Santa Catarina, atua como docente na Universidade Federal do Mato Grosso. Tem como temas de pesquisa a educação do corpo em relações Interétnicas e interculturais, cultura popular, educação indígena, e educação e cultura corporal na infância.



materna, pois a comunidade foi proibida de falar pelos
m eles convivem há mais de um século, neste contexto,
a em casa, mas têm na escola aula de bororo, em outra
iedade envolvente, a língua materna é a língua da aldeia
segunda língua. Outras ainda dominam no cotidiano as

duas línguas, pois há uma proximidade com a sociedade envolvente ao mesmo tempo em que mantêm os ritos e rituais tradicionais cujos cantos, danças, alimentos, etc., são permeados pelos sentidos que a língua materna garante.

4) Que contribuições a senhora vê em relação as práticas pedagógicas a partir da aprovação da lei 11645/08.

As práticas pedagógicas que na escola trouxeram a Lei 11.645/08 poderão oportunizar aos brasileiros o reconhecimento dos processos históricos de desocupação e ocupação dos territórios tradicionais pelo investimento colonial de ontem e de hoje. Ao estudar a história e a cultura dos povos indígenas, conhecendo cada povo e cada contexto, percebendo os processos de resistência e de luta dos povos indígenas, oportunizamos que nossos alunos se reconheçam nestas lutas e possam também lutar com mais consciência contra a opressão e a dominação cultural e ocupação dos espaços de vida coletiva, como ocorrem nas cidades atualmente, com expulsão dos pobres para as periferias e para as ruas. Poderão compreender a partir destes estudos como a imposição econômica rouba o direito das famílias educarem seus filhos como desejam e acreditam, em seus locais de origem, terras nas quais seus pais trabalharam e viveram, e que são desapropriadas e desprovidas de vida pelos lucros necessários aos poucos que tudo controlam e dominam. Acredito que as histórias e culturas dos povos indígenas do Brasil podem nos auxiliar a nos reconhecermos como povo melhor, como povo multiétnico e multicultural, mas com o princípio da educação intercultural, a educação na qual se aprende a reconhecer o outro como igual em sua diferença.

5) Na sua opinião quais são os desafios materializados pela implementação da lei 11645/08?

A Lei 11.645/08 para ser implementada depende, a exemplo do que foi a 10.639/03, de escrever uma outra história dos povos indígenas no Brasil. Os professores assim como a sociedade brasileira, não conhece a história do Brasil, conhece o que os colonizadores contaram e continuam contando, pois é o lado da história dos vencedores. Na guerra justa+ investida contra a forma de viver e de pensar dos povos indígenas, projetou-se a eliminação de populações inteiras (e ainda o faz), sem que esta fosse questionada pela maioria da população, pois somos formados pela mentalidade desta guerra que considera o que não dá lucro para o capital empecilho para o desenvolvimento. Com isso, as relações com os indígenas se mantêm ora com a visão romântica de preservar como espécie em extinção, ora com a visão de extermínio necessário. Esta forma de ver os povos nativos no Brasil também formou o pensamento dos educadores e educadoras, e sem uma outra formação de mentalidades, de um estudo sério sobre os diversos processos históricos e as diversas culturas não há muito o que avançar. Para começar, a maioria dos professores se quer sabe quais são os povos indígenas que vivem na/o mesma região/estado que ele, como se deu o processo de colonização deste território, a história das cidades, da região e os conflitos que os indígenas viveram para se manterem vivos, e quantos foram extintos. Não há uma preocupação com a história e nisso naturalizou-se a lógica capitalista atual. Com isso, nega-se a possibilidade de reconhecer a história e a cultura dos mais de 240 povos indígenas que falam mais de 180 línguas nativas, como grupos que devem ser conhecidos, estudados e aceitos em nossa sociedade, pois conhecer as suas histórias e culturas é uma oportunidade de conhecer a própria história e cultura do país. Lamentavelmente nos cursos de formação, a maioria segue a lógica de que só é índio aquele que vive como em 1500, ou seja, que vive isolado em reservas+, exposto para quando quisermos conhecer estes seres em extinção, os temos preservados.

(Fonte: O Dia)

Medida sancionada por Dilma foi publicada no Diário Oficial da União e tem vigência pelo prazo de 10 anos

Já está em vigor a lei que reserva aos negros 20% das vagas de concursos públicos da União. A lei, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff nesta segunda-feira, no Palácio do Planalto, em evento que contou com a presença de personalidades negras, foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira e tem vigência pelo prazo de 10 anos.

Em referência à Lei de Cotas para as universidades federais, a presidenta Dilma Rousseff afirma: *“Esta é a segunda lei que eu tenho a honra de promulgar com ações afirmativas, para fechar um fosso secular de direitos e oportunidades engendrados pela escravidão e continuados pelo racismo, ainda existente entre negros e brancos em nosso país”,* disse, em referência à Lei de Cotas para as universidades federais.

Segundo o texto da lei, poderão concorrer na reserva para candidatos negros todas as pessoas que se autodeclararem pretas ou pardas na inscrição para o concurso público, seguindo o quesito de cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

Segundo Dilma, o sistema que está sendo implantado *“assegura que o mérito continua a ser condição necessária para ingresso dos candidatos”,* sendo que a lei altera *“apenas a ordem de classificação, privilegiando os candidatos negros”.*

De acordo com a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros, a mudança é um passo importante na superação das desigualdades raciais e vai garantir a participação da população negra em funções mais valorizadas. Para Luiza Bairros, depois de garantir que as pessoas que sofrem preconceito pudessem ter mais oportunidades de entrar no ensino superior, era necessário dar condições de acesso a empregos que exigem maior qualificação. *“A discriminação é maior quanto mais valorizada é a ocupação, o que nos obriga a tomar dentro do mercado medidas para corrigir esse tipo de distorção”,* disse a ministra a Agência Brasil, em entrevista pouco antes da sanção da lei.

A lei, originada em um projeto do Executivo enviado por Dilma em novembro do ano passado, foi aprovada pelo Senado no último dia 20. Além da administração pública federal, a nova lei se aplica a autarquias, fundações e empresas públicas, além de sociedades de economia mista.

Eu Sou de Lá

A mudança para um novo bairro faz uma jornalista perceber a existência de uma comunidade de universitários africanos vivendo perto de sua casa. Curiosa para saber quem são seus novos vizinhos, ela vai ao encontro deles para ouvir suas histórias, conhecer suas origens, seus sonhos e desafios no sul do Brasil, na cidade de Florianópolis.

Nesses encontros, conhece jovens de países como Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Além de entrevistá-los, ela deixa uma câmera com eles para que registrem seu cotidiano e suas impressões sobre o Brasil. O resultado é um dinâmico diálogo de ideias e imagens que revelam diversos aspectos da vida desses estudantes, dentro e fora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Jeff estuda filosofia, mas também é um talentoso instrumentista. Por meio da música, ele reflete sobre as semelhanças entre Cabo Verde e Brasil. Para Jeff, a morna cabo-verdiana e o choro brasileiro são ritmos irmãos, extremamente compatíveis.

Se na música as semelhanças com o continente africano são muitas, nas relações pessoais há relatos de estranhamentos e preconceitos. Fristtram e Ermelinda, da Guiné Bissau, tiveram que sair da casa que dividiam com brasileiros, pois eles não gostavam das receitas africanas preparadas por eles e seus conterrâneos, e reclamavam do barulho. O jovem casal ainda tem que lidar com a saudade do filho que ficou na África para que eles pudessem estudar no Brasil.

Enquanto trança os cabelos, forte tradição das mulheres africanas, Mirene, estudante de jornalismo, revela o sonho de ser uma famosa apresentadora de TV, na Guiné-Bissau.

Esses são alguns dos personagens de *Eu Sou de Lá*, documentário de curta-metragem de estreia da jornalista Sansara Buriti. O projeto foi contemplado pelo VII Prêmio Armando Carreirão, edital de estímulo à produção audiovisual catarinense do Funcine (Fundo Municipal de Cinema).

É a primeira vez que a comunidade de estudantes africanos em Florianópolis é tema de um documentário. Gravado entre 2012 e 2013, o filme faz parte da seleção oficial da 18ª edição do Florianópolis Audiovisual Mercosul (FAM), e estreia na Mostra Catarinense.

Estudando no Brasil

Atualmente, cerca de dois mil universitários da África vivem no Brasil. Eles foram selecionados pelo Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), programa de cooperação do governo brasileiro com países em desenvolvimento. A maioria vem dos países africanos de língua portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.



Contribuições e sugestões para o nosso boletim podem ser feitas pelo e-mail petpedagogia07@gmail.com ou pelo facebook do PET/Pedagogia UFSC



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

**[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)**

[co-publico-entra-em-vigor-nesta-terca-feira/](#)

<http://www.gereades.org.br/carta-sobre-vida-de-universitarios-africanos-em-floripa-na-ufsc/>